



RASCUNHOS DE UM CORPO TRANS NO (CIS)TEMA ACADÊMICO DE PESQUISA

Cauê Assis de Moura¹
Marcos Ribeiro Mesquita²

INTRODUÇÃO

Como começar um texto? Pela introdução? Tentando antecipar um pouco sobre o que ainda será dito? Vou iniciar me apresentando, pois este texto sou eu. Vou me construindo ao longo desta escrita. Não há nada pronto. As palavras vão, aos poucos, formando meu corpo. Para me apresentar não conheço outra forma além de usar alguns marcadores sociais que irão situar o lugar de onde falo. Sou uma pessoa trans, acadêmico em psicologia, negro e integrante de alguns movimentos sociais. Busco pensar os marcadores de raça e gênero como construções discursivas que integram um sistema de classificação de diferenças que, como aponta Hall ao se referir à questão da raça (e aqui amplio também para a questão de gênero): “o corpo é um texto e somos todos leitores dele” (2015, p. 3).

Há algum tempo venho refletindo acerca das pesquisas acadêmicas e seus efeitos. Entendo este local como um campo de disputas epistemológicas, metodológicas e sobretudo políticas que fomentam a produção dos marcadores sociais que citei anteriormente. Este interesse surgiu de algumas experiências vivenciadas por mim. Pois, enquanto um corpo Trans na maioria das vezes sou lido apenas como um objeto de pesquisa. Entre estas experiências, onde servi de corpo-objeto, uma em específico me proporcionou um gatilho criativo para a construção desta escrita. Algumas indagações foram disparadas: como podem ser pensadas criticamente as relações de poder de pesquisadoras (es) cis em relação a corpos trans? Porque as produções acadêmicas se debruçam sobre corpos Trans e esquecem os corpos cis? Como produzir estas reflexões sem recorrer a definições fechadas que acabem engessando, a fluidez dos corpos?

Não são perguntas fáceis, mas servirão como ponto de partida para esta escrita/deslocamento, que pretende causar uma fissura na hegemonia tão verticalizada do (cis)tema acadêmico de pesquisa. Desta forma, irei dialogar com autoras (es) trans que já veem produzindo algumas questões acerca do uso do termo cis, assim como também dialogarei com autoras (es) que problematizam questões de raça e gênero. De forma que utilizo a metodologia da autoetnografia e da autoteoria, como recurso para romper a dualidade entre pesquisador e objeto e escrever um corpo que não pretende se fechar em conclusões, mas abrir espaço para novas problematizações.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Escrever em primeira pessoa dentro do (cis)tema acadêmico de pesquisa se constitui como um desafio metodológico. No entanto, entendo como uma parte estritamente necessária para a construção deste texto. Desta forma, inspirado pela autoteoria de Preciado (2018) e pela autoetnografia sobre sistemas de Vergueiro (2016), partindo inclusive do entendimento que a autoetnografia pode ser definida por um “mistura indissolúvel entre as dimensões

¹ Graduando do Curso de **Psicologia** da Universidade Federal de Alagoas - UFAL caueassis15@email.com;

² Professor orientador: Doutor, Instituto de Psicologia - UFAL, marcos.mesquita@propep.ufal.br.



tradicionalmente chamadas de objetivas e subjetivas” (BLANCO, p. 57, 2012) (tradução nossa) construo este texto em primeira pessoa para marcar os lugares de onde escrevo, para tencionar e problematizar as posições que assumo, evidenciando as linhas tênues das fronteiras.

Pois, segundo Santos (2017) o que caracteriza a especificidade do método autoetnográfico “[...] é a importância da narrativa pessoal e das experiências dos sujeitos e autores das pesquisas, o fato de pensar o papel político do autor em relação ao tema, a influência desse autor nas escolhas e direcionamentos investigativos e seus possíveis avanços.” (2017, p. 219).

Pensando nesta caracterização, comecei a indagar se o que Preciado (2018) denomina de autoteoria poderia ser entendido como uma autoetnografia? Camargo e Rial (2010) julgam o livro *Testo Junkie* como uma obra acadêmica de difícil classificação. No entanto, a consideram como uma autoetnografia que se propõem a ler criticamente a realidade da sociedade contemporânea sob uma perspectiva sexopolítica. Concordando com esta afirmação, mas entendendo a necessidade de um maior aprofundamento, ressalvo que este será feito em um outro momento. Assim, concluo que as minhas influências metodológicas são duas autoetnografias, que fazem deste texto um “cruzamento de teorias, moléculas e afetos” (PRECIADO, 2018).

DESENVOLVIMENTO

Sempre que pensei em escrever sobre as minhas experiências, enquanto um corpo trans, ficava pensando em como fazer isso de uma forma que não trabalhasse a questão das identidades dentro de uma noção essencialista. Nesse sentido, não quero escrever o que é ser uma pessoa trans colocando o termo dentro de conceitos fechados. Isso a hegemonia do (cis)tema acadêmico de pesquisa já fez muito por mim.

Quando eu digo “Eu sou uma pessoa trans” estou trazendo à tona uma série de questões que envolvem regimes que regulam as diferenças entre os gêneros, a construção do termo transexualidade dentro dos saberes da medicina e da psicologia; nas palavras de Bento (2006) estou acionado o dispositivo da transexualidade, “[...] os intermináveis debates natureza *versus* criação, que ocorreram entre 1950 e 1970 envolvendo John Money, David O. Cauldwell, Robert Stoller, Henry Benjamin, [...]” (PRECIADO, p. 113, 2018). Porque o “eu sou” relaciona-se a um campo discursivo prescritivo, permeado pelo contexto histórico e social. Ou seja, só é possível que eu explique o que é ser uma pessoa trans, porque existem discursos anteriores ao meu. No entanto, não existe uma única forma de ser trans, por isso o modo como eu me coloco, as posições que eu assumo, as (re)significações que eu crio, destroem e constroem novas margens o tempo todo. Nesse sentido, o termo identidade pode ser usado:

[...] para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos interpelar, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos dos quais se pode “falar”. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós. (HALL, 2000, P. 111-112)

A partir deste ponto surgem outras questões: o que é não ser trans? Talvez essa pergunta se equipare a outras indagações: o que é não ser mulher? Ou o que é não ser negro? As perguntas poderiam ser respondidas na seguinte sequência: cis, homem, branco. Rodovalho (2017), traz os termos cis e trans como pontos de referência em uma dada divisão de mundo. Busco pensar essa divisão como algo instável, poroso, que está sempre em negociação, entendendo assim que a construção das identidades acontece, como apontada por Hall (2000), no interior

dos jogos de poder e através de atos de exclusão, podendo ser pensado sobre a lógica de um exterior constitutivo. Como descrito pelo autor, esta lógica não deve ser entendida “[...] no sentido binário do diálogo entre dois sujeitos já constituídos, mas no sentido de sua relação com outro ser fundamentalmente constitutivo do sujeito, que pode se posicionar como uma "identidade" somente em relação com aquilo que a ele falta [...]” (HALL 2003, p. 80).

Pensando nas relações de poder que fazem parte desta constituição, Silva (2000) aponta que neste processo é sempre atribuído valores positivos a um dos termos, fixando-o assim como norma, de forma que a identidade que se torna hegemônica nunca é vista como uma especificidade, mas as outras identidades. Para pensar essa relação, Silva aponta como exemplo a questão das relações étnico-raciais: “Numa sociedade em que impera a supremacia branca, por exemplo, ‘ser branco’ não é considerado uma identidade étnica ou racial” (2000, p. 82). Penso que talvez seja este efeito de invisibilidade que o discurso acadêmico está produzindo nos trabalhos sobre a temática trans. Tomo aqui como exemplo o fato de ter participado de vários trabalhos acadêmicos onde fui a parte pesquisada e todas foram realizadas por pessoas cis, que não buscaram problematizar o seu local de pesquisador (a) e o uso ou não do termo cis. Me tratavam enquanto a diferença que precisava ser explicada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Busco desenvolver uma discussão que toma como ponto de partida uma dessas experiências onde fui corpo-objeto de pesquisa. Esta em específico ocorreu através de um convite para participar de uma investigação que seria o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de algumas e alguns estudantes de graduação que tinha como objetivo dar visibilidade às dificuldades vivenciadas por pessoas trans. Seria uma entrevista gravada, em um formato de quadro de TV. O vídeo foi gravado, as perguntas eram referentes a questões amplas, de uma forma geral sempre procurando saber como se dava a minha relação com diversificados ambientes: o familiar, o escolar e do mercado de trabalho. A entrevista foi finalizada sem grandes problemas. No entanto, dias após, um dos estudantes me liga perguntando se eu teria fotos de antes das minhas mudanças corporais; poderia ser de quando criança, ele dizia. Expliquei que não disponibilizaria as fotos porque discordo dessa necessidade de fazer do “antes” e “depois” das pessoas trans, uma espetacularização. Mas para ele, o principal argumento era o quanto isso era importante para o seu TCC, pouco importava o que aquele pedido estava significando para mim. Ali naquela posição eu era o objeto da pesquisa e minha fala só teria importância se estivesse colaborando com os objetivos finais do trabalho. Era como se ele estivesse procurando uma prova material para comprovar minha existência, ou o ponto específico onde a minha existência se diferenciava da dele.

Nesse sentido, nos cabe pensar, porque a experiência cis também não é motivo de problematização? Já perdi as contas de quantas vezes fui interrogado sobre quando foi o momento em que “me descobri trans”. Agora ao invés de responder prefiro virar o jogo e indagar: “Quando você descobriu que era cis? Entendo que o efeito desta pergunta desestabiliza a fronteira tão engessada da normatividade que invisibiliza a discussão sobre os corpos cis.

Bento (2006) e Preciado (2018) apontam que a partir da década de 1950 começam a surgir publicações e discursos científicos tentando explicar, ou melhor criando, as especificidades da questão trans. De forma implícita, na nomeação e na tentativa de explicar “o que seriam” nós pessoas trans, está se construindo também uma reafirmação de uma norma do que são as pessoas não-trans. Nessa relação somos objetos de pesquisas de sujeitos universais que gozam de sua humanidade e que não precisam se posicionar no discurso. É interessante pensar o que a não necessidade desta nomeação de uma das partes deixa implícito na construção da pesquisa acadêmica.

Sou eu (pessoa trans) que estou sempre sendo teorizado, questionado e posto à prova. Como pontuado por Jesus (2013) e Bonassi (2017) o termo CIS começa a ser usado a partir da década de 1990 e se intensifica dentro do movimento Transfeminista, principalmente em blogs e na produção acadêmica na segunda década do século XXI. A nomeação do que seria esse não-nós surge de “uma necessidade muito nossa de percebermos com cada vez mais clareza que a insuficiência daquilo que dizem que somos, tem haver, sobretudo, com a recusa em se situarem, em dizerem quem são.” (RODOVALHO, 2017, P. 367)

Até o presente momento deste texto, não me dediquei a explicar a fronteira que separa CIS e TRANS. Desta forma, o que quero apontar é que, talvez, pensar a definição do que é ser uma pessoa trans ou cis seja tão precário como tentar definir o que é ser homem ou mulher, mas que, no entanto, parte de uma decisão em assumirmos uma posição. Penso que desta forma estou na linha da fronteira, expondo o caráter precário das identidades, mas ao mesmo tempo mostrando a impossibilidade de sua inexistência. Na impossibilidade de dizer somos todos apenas humanos, pois, estaria apagando todas as fronteiras que nos separam, nos constituem enquanto sujeitos dentro do discurso.

Entretanto, sempre que perguntam o que é uma pessoa trans, a maioria das respostas envolve algo semelhante a “é uma pessoa que se identifica com o gênero oposto ao sexo que foi atribuído em seu nascimento”, ou seja, há uma discordância entre o gênero e o sexo. Nesse caso, ao falar sobre trans e cis estamos lidando com a noção criada entre o alinhamento sexo/gênero e falo no sentido que este foi o entendimento construído pelas produções do saber e que de alguma forma dita as regras de como seremos reconhecidos.

Por fim o que significa essa discordância? O que significam gênero e sexo nessa explicação? Ainda é possível fazer distinção entre um e outro? Onde está ancorada a noção de sexo: nos órgãos biológicos, nos cromossomos?

Todas essas indagações não tem a intenção de afirmar que as diferenças não existam, mas de mostrar como pontua Hall:

[...] que o que importa são os sistemas que utilizamos para dar sentido a elas, para tornar as sociedades humanas inteligíveis; os sistemas que cotejamos com as diferenças, a forma como organizamos essas diferenças em sistemas de sentidos com os quais, de alguma maneira, fazemos com que o mundo nos seja inteligível. (2015, p. 3).

Neste texto, Hall está trazendo o conceito de raça como um significante flutuante, uma construção discursiva. Onde as diferenças raciais são pensadas através dessas construções. “[...] na medida em que estamos falando do sistema de classificação de diferenças, o corpo é um texto e somos todos leitores dele”. Partindo desta reflexão, proponho pensar que o gênero também opera como um significante flutuante, uma construção discursiva que me permite trazer para esse trabalho os termos cis e trans e problematizar o uso do termo cis dentro dos discursos acadêmicos com o intuito de desestabilizar a construção discursiva hegemônica que articula corpos não-trans como sujeitos universais, dado que [...] esses sistemas são discursivos porque o jogo entre a representação da diferença racial [ou de gênero], a escrita do poder e a produção do conhecimento é crucial para a maneira em que foram gerados e funcionam (2015, p. 3).

Sendo assim, a construção deste texto, a escolha de escrita em primeira pessoa, o uso e a problematização dos marcadores sociais de raça e gênero se caracterizam como estratégia de enfrentamento ao sistema hegemônico de pesquisa acadêmica. Retirando, assim, o meu corpo (trans) unicamente do lugar de objeto a ser pesquisado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo que este texto é um rascunho, pontuo que faltam algumas questões que não foram tratadas aqui, mas que tenho a intenção de trazê-las para dar continuidade nesta escrita. Julgo importante tecer considerações acerca de três delas: a primeira, é a questão da interseccionalidade entre as posições (identidades) de raça e gênero. Porque a problematização sobre o gênero é o enredo principal desse texto? Penso que talvez em relação às avenidas identitárias onde meu corpo está exposto, ele seja mais atropelado em umas do que em outras. Com isso, não quero dizer que há uma hierarquia entre as identidades, quero, demonstrar que neste momento existem algumas colisões que me afetam de forma mais intensa.

A segunda está relacionada às minhas escolhas, ou melhor, os meus atravessamentos teóricos. Usar os textos sobre identidades e questões raciais de Stuart Hall para tratar questões referentes à identidade de gênero, diz respeito ao fato de entender que existem similaridades entre a forma como estas posições marcam os corpos.

A terceira questão está conectada com a segunda tendo em vista que também versa sobre os atravessamentos teóricos deste corpo. Neste caso, o livro “Testo Junkie – Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica” de Preciado (2018), serve tanto como uma inspiração metodológica como também expõe a dificuldade que muitas vezes existe em nos situarmos diante das identidades, ou melhor, das posições que os discursos criam para nós. O autor indaga: “Como explicar o que está acontecendo comigo? O que fazer com meu desejo de transformação? O que fazer com todos os anos em que me defini como feminista? Que tipo de feminista serei eu agora: uma feminista viciada em testosterona, ou melhor, um transgênero viciado em feminismo?” (p. 23, 2018). Desta forma, sinto que há espaço para tecer um diálogo mais profundo entre as linhas deste corpo e as linhas do corpo de Preciado.

Quanto às outras questões, acredito que talvez venham a se desenhar melhor com o tempo. Desta forma, encerro dizendo que este texto é um experimento de escrita, um movimento corporal, um convite a uma problematização sobre os espaços ocupados por corpos trans e cis dentro das produções acadêmicas.

Palavras-chave: Cis, Trans, Cistema, Corpo

REFERÊNCIAS

BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.

BLANCO, Mercedes. *Autoetnografia: una forma narrativa de generación de conocimientos*. Andamios, México, v. 9, n. 19, p. 49-74, agosto 2012.

BONASSI, B. C. *Cisnorma: Acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero*. 2017. 121 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

CAMARGO, W. X. de ; RIAL, C. S. de M. *Hormônios e micropolíticas de gênero na era farmacopornográfica*. Cad. Pagu, Campinas, n. 34, p. 363-371, June 2010

HALL, S. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais* / Stuart Hall; Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende ... et al.- Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALL, S. *Quem precisa de identidade?* In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p. 103-133.

HALL, S. *Raça, O Significante Flutuante*. Liv Sovik (tradução) em colaboração com Katia Santos. Z Cultural, Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea. 2015.

JESUS, Jaqueline Gomes; ALVES, Hailey. *Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais*. Revista Cronos (Natal. Impresso), v. 11, p. 8-19, 2012.

PRECIADO, P. B. *Testo junkie, Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

RODOVALHO, A. M. *O cis pelo trans*. Estudos feministas, Florianópolis, vol. 25, nº 1, p. 365-373, jan-abr. 2017.

SANTOS, S. M. *O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios*. Plural, v. 24, n. 1, p. 214-241, 30 ago. 2017.

SILVA, T. T. *A produção social da identidade e da diferença*. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p. 73-102.

VERGUEIRO, V. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2016.